**Estudos Preliminares IN 40/2020-ME**

**08320.002188/2022-33**

Transporte de Mudanças

**1. INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Preliminar tem o objetivo de efetuar a análise de viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em transporte rodoviário nacional de bagagem, cargas, mobiliário e transporte de veículos, nas modalidades transporte terrestre, porta a porta, dentro do território nacional, de qualquer localidade do Brasil, de acordo com a demanda de metros cúbicos por quilometro rodado, no interesse da Administração e da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso.

**São diretrizes gerais para a elaboração deste Estudo Preliminar os normativos:**

* Lei 10.520/2002.
* Lei 11.442/2007;
* Lei 11.488/2007;
* Decreto 4.004/2001;
* Decreto 8.538/2015;
* Decreto 9.507/2018.
* Decreto 10.024/2019;
* Instrução Normativa 05/2017-MPOG.
* Instrução Normativa 40/2020-ME.
* Instrução Normativa 73/2020-ME.
* Instrução Normativa 221/2022-DG/PF.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

De acordo com o § 1o, do artigo 53 da Lei 8.112/90, correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais, que no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.

Esse contrato também serve para que a Administração transporte bens de sua propriedade ou de seu interesse de uma localidade a outra no território nacional.

O Decreto nº 4.004/2001 regula como se dá o pagamento desse direito. A IN 221/2022-DG/PF complementarmente estabelece que os custos referentes aos valores de passagens e de transporte de mobiliário e bagagem deverão ser **arcados pela unidade de destino** do servidor.

A Polícia Federal, não dispõe de transporte e quadro de pessoal especializado para o referido serviço.

O contrato de transporte de mudanças (08/2021) não foi prorrogado por desinteresse da empresa contratada.

Desta forma, justifica-se a necessidade de contratação dos serviços de transporte de mudanças e cargas, objeto deste processo administrativo.

**3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

Empresa com experiência comprovada de pelo menos **12 meses** na prestação de serviços de transporte de cargas/mudanças;

A contratada deverá observar as normas legais a que está sujeita para a realização dos serviços de que trata este instrumento, **devendo possuir Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC,** segundo prescrição da Lei 10.233, de 5 junho de 2001, Lei 11.442, de 5 de janeiro de 2007 e a Resolução nº 3056, de 12 de março de 2009, da ANTT, e:

Cadastro no SICAF;

Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

Certidão Negativa TCU;

Certidão do Portal da Transparência;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST);

Com Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;

Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1 ou comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

PL não inferior a 10% do valor da contratação;

PL não inferior a 1/12 da declaração de contratos.

Como se trata de contratação continuada sem fornecimento de mão-de-obra, quando da execução dos serviços a empresa contratada e seus funcionários deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão. Assim, cabe à mão-de-obra empregada no transporte, seguir as diretrizes que são de adoção obrigatória para os servidores efetivos da unidade administrativa na redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, na separação dos resíduos recicláveis que serão descartados e destinados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

A Contratada deverá ainda adotar boas práticas de otimização de recursos com a redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

Treinamento e capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição; e

Observar, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa n° 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação, do ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Que os materiais usados para embalagem dos bens (plástico bolha, cobertores, papelões, fita adesiva, etc) devam ser preferencialmente, oriundos de processos de reciclagem, mas que garanta a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA n° 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, n° 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

**4. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES**

A solução que ora se pretende é o transporte de mudanças em território nacional.

O serviço de transporte rodoviário de mudanças/mobiliários/cargas, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades meios e finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção compromete a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

Alternativas usualmente aplicadas nos contratos administrativos para os serviços de transporte de mobiliários são:

a) Contrato por evento. Pontualmente, geralmente através de Dispensa de Licitação, por órgãos com baixa demanda.

b) Contrato continuado. Geralmente através de Pregão Eletrônico, por órgãos com demandas frequentes.

**A forma de execução dos serviços geralmente são:**

a) Contrato por faixa de distância previamente definida. Ex. faixa de 1001 a 2.000 km. Nessa modalidade a Administração paga o mesmo valor do m3, independente da distância percorrida dentro dessa faixa.

b) Contrato por m3 transportado por quilômetro rodado dentro de uma determinada faixa. Ex. faixa de 1001 a 2.000 km. Nessa modalidade o valor final pago pela Administração varia de acordo com a distância percorrida. Paga o mesmo valor do m3, por quilômetro rodado dentro dessa faixa, permitindo uma variação do valor dependendo da distância percorrida.

Pelo histórico de remoção *ex-oficio* de servidores na Polícia Federal, a alternativa que melhor nos atende é a manutenção de um contrato permanente, através de licitação, via pregão eletrônico, em oposição a contratação pontual, por meio de dispensa de licitação, a cada demanda que venha a surgir.

O contrato 08/2021 não foi prorrogado por desinteresse da empresa. A contratada informou que: “*a opção pela não prorrogação se dá em razão do aumento exacerbado dos valores de insumos praticados no mercado*”. Informou também: “*ainda que reajustado o valor do contrato com base no IPCA (conforme prescreve o Termo de Referência), a Empresa não prorrogaria pelos motivos expostos em tela (aumento exacerbado de insumos).*”

O contrato 08/2021 era por km/rodado. E comparando os valores do contrato, que já não foi prorrogado, segundo a empresa, pelo aumento dos insumos, com os valores encontrados pelas pesquisas de licitações juntadas aos autos, conforme **tabelas 01 e 02** abaixo, o valor da futura contratação deveria ser ainda menor do que o praticado no contrato 08/2021.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TABELA01. CONTRATO 08/2021 não prorrogado** | | | | | |
| **FAIXA** | **LOCAL DE EXECUÇÃO** | **MEDIDA** | **KM** | **VALOR**  **CONTRATO**  **08/2021** | **MEDIANA**  **DAS PESQUISAS**  **ATUAIS** |
| 1 | Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 51 km até 300 km | M³/Km Rodado | 3.600 | R$ 0,73 | **0,26** |
| 2 | Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 301 km até 1.300 km. | M³/Km Rodado | 31.200 | R$ 0,24 | **0,17** |
| 3 | Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 1.301 km até 2.300 km. | M³/Km Rodado | 27.600 | R$ 0,33 | **0,17** |
| 4 | Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 2.301 km até 3.300 km. | M³/Km Rodado | 39.600 | R$ 0,23 | **0,14** |
| 5 | Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja acima de 3.301 km. | M³/Km Rodado | 39.612 | R$ 0,25 | **0,14** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TABELA02.** | | | | | | | |
| **FAIXA** | **KM INICIAL** | **KM FINAL** | **METRAGEM 3** | **PREGÃO/UASG** | **PREÇO** | **MEDIANA** | **VALOR MUDANÇA** |
| **1** | 1 | 300 | 12 | PE 80/2021 UASG 120630 | 0,17 | R$ 0,26 | R$ 936,00 |
| PE 97/2021 UASG 120625 | 0,21 |
| PE 109/2021 UASG 120016 | 0,25 |
| PE 01/2022 UASG 120631 | **0,26** |
| PE 436/2021 UASG 393031 | 0,35 |
| PE 77/2021 UASG 120064 | 0,55 |
| PE 83/2021 UASG 120636 | 0,85 |
| **2** | 301 | 600 | 24 | PE 109/2021 UASG 120016 | 0,12 | R$ 0,17 | R$ 2.448,00 |
| PE 97/2021 UASG 120625 | 0,15 |
| PE 436/2021 UASG 393031 | 0,15 |
| PE 80/2021 UASG 120630 | **0,17** |
| PE 01/2022 UASG 120631 | 0,20 |
| PE 83/2021 UASG 120636 | 0,30 |
| PE 77/2021 UASG 120064 | 0,35 |
| **3** | 601 | 1200 | 18 | PE 109/2021 UASG 120016 | 0,12 | R$ 0,17 | R$ 3.672,00 |
| PE 97/2021 UASG 120625 | 0,14 |
| PE 80/2021 UASG 120630 | 0,14 |
| PE 436/2021 UASG 393031 | **0,17** |
| PE 01/2022 UASG 120631 | 0,18 |
| PE 77/2021 UASG 120064 | 0,22 |
| PE 83/2021 UASG 120636 | 0,29 |
| **4** | 1201 | 2400 | 24 | PE 109/2021 UASG 120016 | 0,10 | R$ 0,15 | R$ 8.640,00 |
| PE 436/2021 UASG 393031 | 0,12 |
| PE 80/2021 UASG 120630 | 0,14 |
| PE 97/2021 UASG 120625 | **0,15** |
| PE 01/2022 UASG 120631 | 0,16 |
| PE 77/2021 UASG 120064 | 0,17 |
| PE 83/2021 UASG 120636 | 0,29 |
| **5** | 2401 | 3200 | 24 | PE 109/2021 UASG 120016 | 0,10 | R$ 0,14 | R$ 10.752,00 |
| PE 01/2022 UASG 120631 | 0,12 |
| PE 97/2021 UASG 120625 | **0,14** |
| PE 80/2021 UASG 120630 | 0,13 |
| PE 77/2021 UASG 120064 | 0,16 |
| **6** | 3201 | 5000 | 12 | PE 01/2022 UASG 120631 | 0,08 | R$ 0,13 | R$ 7.800,00 |
| PE 109/2021 UASG 120016 | 0,10 |
| PE 80/2021 UASG 120630 | **0,13** |
| PE 77/2021 UASG 120064 | 0,15 |
| PE 83/2021 UASG 120636 | 0,23 |

Pelos princípios da razoabilidade e da eficiência na contratação, procurando evitar uma licitação deserta, optamos por adotar na futura contratação, o pagamento por faixa de distância previamente definida, conforme praticado nas licitações constantes na **tabela 05**. Nessa modalidade a Administração paga o mesmo valor do m3, independente da distância percorrida dentro dessa faixa.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução a ser contratada será a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação continuada de serviços de transporte rodoviário de cargas porta a porta, visando atender às necessidades institucionais da Polícia Federal.

Estão previstos 6 transportes de cargas ao ano.

Tendo em vista a peculiaridade da contratação de transporte de mobiliários e o baixo valor envolvido, o parcelamento da solução não será adotado.

Não haverá necessidade de adequação do ambiente de trabalho.

Os serviços **de transporte de mobiliário** a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Trata-se de serviço comum de caráter continuado, pois não é eventual e não visa a suprir uma necessidade momentânea do Órgão.

É atividade de custeio, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

No endereço de origem: desmontar e embalar e carregar os bens, utilizando materiais, ferramentas e equipamentos próprios e necessários ao serviço.

No endereço de destino: descarregar, desembalar, montar (para os bens desmontados no endereço de origem) e retirar do ambiente os materiais utilizados no acondicionamento e embalagem tais como: fitas, papelão, madeiras, pregos, cobertores, plásticos, etc.

Transportar os bens em caminhão fechado, do tipo baú, forrado em seu interior com material adequado para proteção dos bens.

Embalar os bens, da seguinte forma:

Cristais, louças, pratarias, porcelanas, adornos, objetos de pequeno porte ou miudezas:

Acondicionada em caixas de papelão triplex, protegidas com polibolha, papel de seda ou palha e fechadas com fita adesiva.

b) Móveis, eletrodomésticos e demais objetos de grande porte:

Envolvidos em papel ondulado, plástico bolha ou, se necessário, acolchoados.

c) Discos, televisores, aparelhos de som e demais aparelhos eletrônicos:

Protegidos em papel de seda enchumaçado e plástico polibolha, depois acondicionados em caixas sob medida.

d) Roupas de cabide: Acondicionadas em caixas porta-roupas.

e) Roupas de uso pessoal, cama, mesa, banho e outros artigos semelhantes:

Acondicionadas em saco plástico fechado, em caixas de papelão apropriados ou de outro material mais resistente, de acordo com a natureza do bem a ser transportado;

f) Tapetes e colchões: Enrolados e embalados com papel resistente ou plástico

g) Quadros, gravuras, pinturas e objetos da mesma natureza ou espécie, espelhos tampos de vidro, mármores ou pedras com cartonagem ou material de proteção similar:

Acondicionados em caixas ou engradados de madeiras sob medida, após serem protegidos por embalagem de plástico, papel ondulado e polibolha

h) Ferramentas e utensílios de pequeno porte: Acondicionados em caixa de papelão triplex, ou material de proteção de mesma natureza ou espécie.

Os materiais, ao serem acondicionados no caminhão, deverão receber proteção de cobertores e acolchoados, evitando-se contatos diretos com as paredes internas e com o restante da bagagem.

Quando da entrega dos bens, no local de destino, a CONTRATADA deverá remontar os móveis, prateleiras ou quaisquer outros que foram desmontados quando da retirada no local de origem.

Caso seja dispensado o serviço de desmontar/montar móveis ou de embalar os bens para transporte, a CONTRATADA ainda assim deverá fornecer os materiais necessários ao devido acondicionamento (papel de seda, plástico bolha, caixa de papelão, papelão ondulado, saco plástico, isopor, fita adesiva, engradado de madeira, etiqueta, etc), entregando-os no local indicado pela CONTRATANTE, com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

Todas as providências, serviços e materiais necessários para embalar/acondicionar e desmontar/montar os bens a serem transportados serão inteiramente arcados pela CONTRATADA.

Todo o serviço de embalagem, seja quanto ao material empregado, seja quanto à forma de execução e acondicionamento dos itens seguirá as orientações e definições contidas nos seguintes documentos:

NBR 9198/85 - Embalagem e acondicionamento; NBR 9477/86 - NBR 5980/04 - Embalagem de papelão ondulado - classificação; NBR 5985/83 - Papelão ondulado e caixas de papelão ondulado; e

As caixas de papelão utilizadas na embalagem terão como referência os estilos descritos na NBR5980/2004 da ABNT, conforme a seguir:

Estilos descritos no item 4.2.1 da referida Norma, referências 0201 a 0207, quando se tratar de embalagem para todo tipo de produto com exceção de roupas de vestuário;

O estilo descrito no item 4.2.2 da referida Norma, referências 0312 e 0313, quando se tratar de roupas de vestuário.

Todas as caixas empregadas na mudança deverão apresentar resistências conforme definidas nos itens 2.33 a 2.39 da NBR 5985/83, ao arrebentamento, compressão, esmagamento, impacto, perfuração, tombamento e vibração, adequados ao fim a que se destinam.

A selagem das caixas deverá ser feita com fita gomada, adesivo, grampos ou fitas auto- adesivas.

Todo o mobiliário transportado e, eventualmente desmontado deverá ser desembalado e remontado em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia da entrega, incluindo-se este.

A entrega dos bens deverá ser efetuada mediante recibo e somente no local de destino informado pela CONTRATANTE na respectiva Ordem de Serviço.

Durante toda a prestação do serviço deverão os empregados da CONTRATADA estar devidamente uniformizados e identificados.

Os bens deverão ser entregues no local de destino nos seguintes prazos, contados a partir da data de expedição da ordem de execução do serviço:

Os prazos são imprescindíveis para a satisfação do objetivo contratual, estando a CONTRATADA passível de sanções no caso de descumprimento.

A metragem e peso máximos admitidos por servidor será, no que couber, de acordo com o Decreto nº 4.004/01, e estará descrito na Ordem de Serviço. Caso esse limite exceda, correrá por conta do servidor as despesas sobressalentes. À parte que exceder o limite máximo autorizado na legislação vigente deverá ser negociado diretamente entre a Contratada e os respectivos servidores beneficiários, não gerando quaisquer ônus para a Contratante.

Todos os custos com impostos, taxas, tarifas, seguros, além de outros que incidam no transporte, objeto deste Termo de Referência serão de responsabilidade da empresa contratada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A contratada deve estar devidamente Inscrita no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

A contratada deve observar, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa n° 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação, do ministério de Planejamento, Orçamento e gestão.

Pelo princípio da padronização dos serviços, além do controle e responsabilização da empresa, a presente Licitação não permite a Subcontratação.

A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

É vedado à contratada o transporte de objetos sem estarem devidamente cobertos por seguro.

**6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE**

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Nos últimos 5 anos a SR/PF/MT recebeu **19** servidores *ex-ofício* de outros estados e **12** remoções *ex-ofício* dentro do estado de Mato Grosso, o que dá uma média de **6,2** mudanças ao ano.

Na intenção de buscar o menor preço possível para a contratação, e diante da diversidade de destinos possíveis para a realização dos transportes, efetuamos a divisão do item em distintas faixas de distância;

Assim, diante da impossibilidade de se prever a quantidade exata de servidores que poderão ser removidos, bem como os eventuais locais de destino e metragens, dimensionamos 06 (seis) mudanças com base nas remoções *ex-ofício* dos últimos 05 anos em Mato Grosso.

Conforme o Decreto 4.004/2021 o Servidor solteiro removido *ex-ofício* tem direito a 12m3 de mudança custeada pela Administração. Sendo casado totaliza 24m3. Tendo filhos ou dependentes soma-se 3m3 por dependente, até o limite de 3, ou seja, um servidor, a depender de seus dependentes pode ter até 33m3 de mudanças custeadas pela Administração.

Como não é possível saber qual servidor será removido e qual a metragem que se terá direito, e para qual distância será removido, tomamos como base o número médio de 6 servidores removidos ao ano, nos últimos 5 anos e distribuímos dentro das 6 faixas de distâncias, com uma metragem entre 12 e 24 metros, a saber:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TABELA03** | | | | | | | |
| **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** |
| **Subitem** | **Distância Inicial KM** | **Distância Final KM** | **Prazo de Entrega em Dias** | **Quantidade Anual M3 Estimada** | **UNIDADE** | **Valor Unitário do M3/KM** | **TOTAL** |
| **1** | 1 | 300 | 2 | 12 | m3 | R$ 247,50 | R$ 2.970,00 |
| **2** | 301 | 600 | 4 | 24 | m3 | R$ 248,00 | R$ 5.952,00 |
| **3** | 601 | 1200 | 6 | 18 | m3 | R$ 314,00 | R$ 5.652,00 |
| **4** | 1201 | 2040 | 8 | 24 | m3 | R$ 414,00 | R$ 9.936,00 |
| **5** | 2401 | 3200 | 10 | 24 | m3 | R$ 414,00 | R$ 9.936,00 |
| **6** | 3201 | 5000 | 10 | 12 | m3 | R$ 553,50 | R$ 6.642,00 |
| Total Estimado com mudanças | | | | | | | **R$ 41.088,00** |
| Seguro de MÁXIMO 1% sobre o valor anual estimado de 6 mudanças/ano (valor do mobiliário por mudança foi estimado em R$ 100.000,00 cada) | | | | | | | **R$ 6.000,00** |
| Total Global estimado para 12 meses | | | | | | | **R$ 47.088,00** |

Embora os gastos médio dos últimos anos com contrato de transporte de mobiliário na SR/PF/MT tenha ficado em R$ 33.783,61, conforme tabela 04, consideramos um aumento em um pouco mais de 20% tendo em vista os recentes aumento de combustíveis, sendo este um dos motivos que levaram a recusa da empresa em prorrogar o contrato 08/2021, e também a possibilidade de duração do futuro contrato por até 60 meses.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TABELA04** | | | | | |  |
| **GASTOS COM TRANSPORTE DE MOBILIÁRIO**  **CONTRATO 16/2015** | | | | | **CONTRATO 08/2021** |  |
| **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2.021** | **MÉDIA ANUAL DE GASTO** |
| R$ 40.967,85 | R$ 26.923,38 | R$ 24.148,02 | R$ 41.375,88 | R$ 45.026,34 | R$ 24.258,96 | R$ 33.783,41 |

Os valores estimados foram levantados em pesquisas de preços que atendem a IN 73/2020-ME bem como a Portaria 449/2021-MJSP. Os valores foram retirados de 06 licitações públicas recentes, formando uma mediana, tendo em vista uma maior amplitude entre os valores mínimos e máximos das licitações.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TABELA05** | | | | | | | |
| **FAIXA DE DISTÂNCIA** | **KM INICIAL** | **KM FINAL** | **METRAGEM** | **PREGÃO/UASG** | **PREÇO** | **MEDIANA** | **VALOR DA MUDANÇA** |
| **1** | 1 | 300 | 12 | PE 04/2021 UASG 154003 | 124,00 | 247,50 | 2.970,00 |
| PE 03/2022 UASG 925150 | 135,00 |
| PE 07/2021 UASG 160421 | **245,00** |
| PE 02/2021 UASG 160047 | **250,00** |
| PE 06/2021 UASG 786810 | 251,00 |
| PE 06/2021 UASG160472 | 289,00 |
| **2** | 301 | 600 | 24 | PE 04/2021 UASG 154003 | 210,00 | 248,00 | 5.952,00 |
| PE 02/2021 UASG 160047 | 240,00 |
| PE 07/2021 UASG 160421 | **245,00** |
| PE 06/2021 UASG 786810 | **251,00** |
| PE 06/2021 UASG160472 | 289,00 |
| PE 03/2022 UASG 925150 | 510,00 |
| **3** | 601 | 1200 | 18 | PE 04/2021 UASG 154003 | 270,00 | 314,00 | 5.652,00 |
| PE 07/2021 UASG 160421 | 291,00 |
| PE 02/2021 UASG 160047 | **300,00** |
| PE 06/2021 UASG 786810 | **328,00** |
| PE 06/2021 UASG160472 | 449,00 |
| PE 03/2022 UASG 925150 | 510,00 |
| **4** | 1201 | 2400 | 24 | PE 04/2021 UASG 154003 | 305,00 | 414,00 | 9.936,00 |
| PE 02/2021 UASG 160047 | 320,00 |
| PE 07/2021 UASG 160421 | **390,00** |
| PE 06/2021 UASG 786810 | **438,00** |
| PE 03/2022 UASG 925150 | 480,00 |
| PE 06/2021 UASG160472 | 599,00 |
| **5** | 2401 | 3200 | 24 | PE 07/2021 UASG 160421 | 390,00 | 414,00 | 9.936,00 |
| PE 04/2021 UASG 154003 | 305,00 |
| PE 02/2021 UASG 160047 | **390,00** |
| PE 06/2021 UASG 786810 | **438,00** |
| PE 06/2021 UASG160472 | 599,00 |
| PE 03/2022 UASG 925150 | 530,00 |
| **6** | 3201 | 5000 | 12 | PE 04/2021 UASG 154003 | 305,00 | 553,50 | 6.642,00 |
| PE 03/2022 UASG 925150 | 530,00 |
| PE 07/2021 UASG 160421 | **537,00** |
| PE 02/2021 UASG 160047 | **570,00** |
| PE 06/2021 UASG 786810 | 601,00 |
| PE 06/2021 UASG160472 | 669,00 |
|  | | | | | | | **R$ 41.088,00** |

**7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Em virtude da especificidade da solução a ser contratada, do pequeno valor envolvido, da demanda permanente da Administração por esses serviços, e pela economia de escala, não haverá parcelamento ou descontinuidade na prestação dos serviços contratados.

**8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso teve vigente entre 26/03/2021 a 26/03/2022 o contrato 08/2021 com a Empresa **MINAS TURISMO E SERVIÇO,** CNPJ 97.456.065/0001-88. O contrato não foi prorrogado por desinteresse da empresa.

Anteriormente, esteve vigente entre 2016 e 2020 o contrato 16/2015 com a empresa Rei do Ouro Mudanças e Transportes, CNPJ 10.781.353/0001-20, cumprindo o limite de 60 meses legais.

**9. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

Este tipo de contratação está alinhado com Plano Estratégico da Polícia Federal sendo que a atual demanda está contemplada no **item 2.5.2.** (Ação Estratégica: Padronizar a Gestão de Compras e Contratações) do Plano Estratégico 2014/2022 da Polícia Federal e também no Plano Anual de Contratações 2022 da SR/PF/MT (**código 22730, item 44**).

**10. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

Uso mais eficiente dos recursos humanos da SR/PF/MT;

Atendimento tempestivo das demandas, em especial quando da necessidade de deslocamentos de bens de interesse da PF ou mudança de seus servidores em âmbito regional ou nacional.

Redução de despesas administrativas relativas à centralização em um único contrato

Possibilidade de prorrogação do contrato por até 60 meses.

**11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Avaliar a necessidade de capacitação dos servidores que atuam nas fases de fiscalização dos serviços continuados de transporte de mudanças de servidores e bens de interesse da Administração.

**12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO**

Os possíveis impactos ambientais relevantes na execução do objeto contratado são os relativos principalmente à utilização dos materiais usados nas embalagens e proteção dos mobiliários a serem transportados, como madeira, papelão, cobertores e plástico bolha, ou palha, devendo a contratada dar prioridades para o uso de materiais reciclados ou biodegradáveis e madeira de reflorestamento.

A empresa contratada e seus funcionários deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão. Assim, cabe à mão-de-obra empregada no transporte, seguir as diretrizes que são de adoção obrigatória para os servidores efetivos da unidade administrativa na redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, na separação dos resíduos recicláveis que serão descartados e destinados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

Observar ainda, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa n° 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação, do ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

**13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020–ME, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição.

O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, garantindo a atuação no âmbito de Polícia Judiciária da União e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre da dinâmica de melhor atendimento e economia de recursos públicos, com atuação escorreita dos envolvidos.

Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Equipe de Planejamento da Contratação** | | | |
| **Integrantes Requisitantes** | | **Integrantes Administrativos** | |
| Roziane Ferreira Lesmo Varela | Joana Mutzenberg | Danilo Belém Lunkes | Josué Ramos de Oliveira |
| Cuiabá, 29 de abril de 2022. | | | |